

Luis Eulalio critica projeto da

Sábado, 30 de agosto de 1986 — POLÍTICA — 5

Comissão Constitucional

ds - Const.

“O projeto da Comissão de Estudos Constitucionais está fora da realidade. Extrapolou todas as expectativas pessimistas”;

A afirmação é de Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho, 47, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, em entrevista exclusiva à Folha.

Ele fez chegar ontem, no Rio, às mãos do presidente da Comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, uma

carta onde coloca sua discordância em relação ao trabalho por ela produzido.

Na carta, Luis Eulalio reconhece “a validade da intenção de fornecer subsídios e um roteiro básico para a nova Constituição”, mas diz que “por um dever de consciência, quero declarar que, ao concordar em apor minha assinatura ao volumoso texto que será entregue àquele que criou esta Comissão, faço-o sobretudo em homenagem ao esforço de meus ilustres companheiros que a integram, não obstante veja contrariados princípios ideológicos que considero

CONSTITUINTE 86



fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país dentro de um regime livre e democrático”.

As discordâncias do presidente da Fiesp com o trabalho da Comissão alcançaram tal porte que Luis Eulalio chegou a pensar em não assinar o texto final da proposta de Constituição.

Para ele a comissão não é apenas estatizante ou socializante, “é muito pior: ela é poética”. Ele diz que é “a maior Constituição do mundo, com perto de quinhentos artigos e que “desce a detalhes inacreditáveis.”

Ele diz nunca ter visto nada tão imediatista como esse trabalho. Segundo sua visão, tudo o que aconteceu com relação a esse trabalho gira em torno dos últimos vinte anos do Brasil, “todo mundo pensou no passado, ninguém pensou para frente.”

Luis Eulalio cita exemplos. Ele diz que a expressão “segurança nacional” foi proibida pela Comissão e “segurança nacional é coisa que existe em qualquer país, democrático ou autoritário.”

Ele aponta também como exemplo a proposta de subordinação da Polícia Militar à Polícia Civil “porque foi

acusada de praticar violências durante o período de autoritarismo”. Segundo ele, os abusos existem em qualquer polícia, seja civil ou militar.

Cita outro ponto que considera descabido no projeto: o fato de o Supremo Tribunal Federal não poder desconhecer o mérito de qualquer que seja a matéria que der entrada naquela corte, “quando há assuntos que são absolutamente desprovidos de razão jurídica para estar no Supremo Tribunal Federal”.

O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo acredita que

o projeto não será levado em consideração pelo presidente Sarney. “Acho que ele não vai enviá-lo, como proposta ao Congresso Nacional”, completa.

O Congresso a ser eleito para tornar-se constituinte merece muito mais confiança do que a Comissão de Estudos Constitucionais, diz Luis Eulalio. “Embora menos cultos, os congressistas são mais realistas”. Ele afirma não ter dúvidas de que a Comissão presidida por Afonso Arinos não representa nem uma amostragem do que será o próximo Congresso. (Boris Casoy)

ANC 88

Pasta Agos/Out 86

029